

Múltiplos aspectos da cidadania

Multiple aspects of citizenship

Janete Netto Bassalobre
janette@litoral.com.br

NEVES, P.S.C. (org.). 2009. *Educação e cidadania: questões contemporâneas*. São Paulo/São Cristóvão, Cortez, Editora UFS, 238 p.

O fato de vivermos em uma época repleta de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, conseqüentes de um intrincado mundo global e da amplitude dos meios de comunicação, faz com que, ao indagarmos a respeito do tema *cidadania*, certamente encontremos diversidade de definições que possam expressar de forma plena esse conceito.

A categoria *cidadão* tem sido normalmente encarada como um quesito territorial. No entanto, as configurações globais da atualidade e a utilização constante de tecnologias de informação e comunicação, que ultrapassam as fronteiras geográficas, fazem emergir problemas comuns, que serão compartilhados por todos. Assim, rompem com essa noção de *cidadania* enquanto território, da mesma forma em que exigem a ampliação de conceitos, como o de espaço público e cidadania. Ao mesmo tempo, imprimem na educação a necessidade de encontrar seus novos papéis nas relações que se estabelecem entre *cidadão/sociedade/Estado*. Dessa forma, a educação deve desvelar sua função no que diz respeito à reeducação dos sujeitos frente às transformações sociais/individuais que se realizam paralelamente às sociais/globais, buscando a urgência da compreensão da cidadania enquanto um processo dialético em constante percurso na sociedade.

A obra organizada por Paulo Neves (pós-doutorado pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris* e professor associado da Universidade Federal de Sergipe) vem ao encontro dessas questões, buscando perceber como as gigantescas mutações sociais estão alterando a cidadania em nossos dias. Propõe-se, também, a ponderar sobre os múltiplos aspectos do assunto, articulando temas como a cidadania da mulher, dos estrangeiros, dos jovens provenientes de segmentos marginalizados da sociedade e a educação no campo, por exemplo, e discutindo-os, a cada capítulo, com base em várias abordagens teóricas e diferentes campos do conhecimento.

Através desse leque de questões analisadas ao longo dos capítulos, não só aponta a direção das novas conexões existentes na contemporaneidade entre os conceitos de cidadania e educação, construídas em realidades empíricas diferentes, como também emoldura o debate sobre o fazer educativo, enfatizando, ainda, a consideração sobre essa complexidade da temática em termos de Brasil.

Abrindo a coletânea, Bernard Charlot¹ questiona o conceito de *educação para a cidadania*, argumentando que precisamos, atualmente, muito mais de uma educação que englobe os direitos humanos do que de um cidadão

¹ Sociólogo, livre docente em Educação pela Universidade de Paris X e Professor Emérito da Universidade de Paris 8. É professor visitante da Universidade Federal de Sergipe, professor afiliado da Universidade do Porto (Portugal) e consultor da Universidade de Lisboa.

educado para a defesa do Estado. Defende, ainda, a hipótese de que o lema *educação para a cidadania* é muito utilizado hoje, sobretudo em escolas pobres, pouco se falando sobre esse assunto nas escolas particulares. Isso suscita a suspeita de que tal fato possa acontecer com a função social de apaziguar a revolta dos carentes, incitados a abdicar de suas reivindicações. Discutindo a educação, a cidadania e os vínculos sociais através do processo histórico, resgata o sentido histórico do conceito de cidadania, ilustrando-o desde o seu surgimento à época do Estado Educador (onde é clara a distinção entre a cidadania política e as problemáticas sociais). Passa por seu desaparecimento, durante o Estado Desenvolvimentista (aqui o ponto central é a lógica do crescimento econômico/ascensão social), e termina com o seu retorno sob a vigência do Estado Regulador (que reduz a esfera de atuação do Estado que restringe sua ação à regulação dos instrumentos da vida econômica/social).

O segundo artigo, de Letícia Chelius, pesquisadora e atual coordenadora de Ciências Sociais do Instituto Mora (México), enfoca o problema voltado para a dissociação da cidadania de sua relação histórica com o Estado. Sob a ótica do fenômeno migratório, postula uma concepção de cidadania na qual a primazia desloca-se do lugar de nascimento para o local de moradia dos sujeitos, haja vista a movimentação humana que se tem observado, em nível global, a partir dos anos oitenta do século XX. A expansão dos direitos humanos e a crescente migração formam os dois processos que legitimam o debate que indaga o propósito de manter a cidadania das pessoas atrelada apenas à pertença geográfica. A autora mostra, também, como esse recente cenário político possibilitou a criação de novas formas jurídicas, como as recentes leis de estrangeiros e a extensão das leis de nacionalidade múltipla.

Por sua vez, Manoel Mendonça Filho, psicólogo e professor do Núcleo de Pós-Graduação da UFS, lida com a ideia de que a educação é uma função socializadora sob o abrigo do Estado, modificando-se na medida em que se transforma o modelo histórico desse Estado para o qual deverá planejar as relações. Como o modelo de Estado presente parte da premissa do capitalismo financeiro, que abandonou qualquer obrigação com a vida humana, mantém-se um cenário de *violência institucional*, que destrói a tradição humanista no âmbito da Educação. Pensando nas relações sociais efetivadas pelo trabalho, no Estado mínimo moderno e nas lógicas da inclusão/exclusão, Mendonça Filho reflete sobre pontos importantes,

como as modificações na educação, em um mundo onde imperam as corporações e o modo como se produzem e circulam os novos valores que orientam a socialização regulamentada.

Analisando a conexão de cidadania, trabalho e gênero, temos a seguir Maria Helena Santana Cruz², que nos mostra como a cidadania foi compreendida, originalmente, como um atributo masculino – que se reproduziu no mundo das relações do trabalho. É nesse domínio que está em jogo a questão da cidadania da mulher. Assim, a autora enfoca os desafios impostos à sociedade através das lutas feministas, expondo como o moderno conceito de cidadania foi elaborado, nos últimos séculos, também através da expulsão do elemento feminino. Nesse contexto, faz alusão à crença de que a motivação desse comportamento excludente é reforçada pela educação, nos diferentes níveis.

Paulo Neves, por sua vez, discorre sobre as políticas de cotas no Brasil, analisando como as lutas sociais contra a discriminação de minorias posicionaram, de forma contundente, o tema do direito às diferenças e ao reconhecimento, expandindo os conceitos de justiça e igualdade. Utiliza-se da discussão sobre a educação multicultural para tratar desses tópicos sobre as demandas identitárias e diferencialistas, surgidas no Brasil quando da redemocratização do país, uma vez que a consideração dessas minorias coloca-se como uma parcela essencial para as políticas educacionais.

Psicólogo e professor do Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia da UFS, Marcelo Ferreri aborda, no texto seguinte, as questões relativas à educação e aos direitos infantis, enfatizando o novo sujeito de direito da contemporaneidade – a criança. Além disso, assume que a infância não é um conceito universal e atemporal, possuindo cada sociedade suas formas particulares de lidar com ela. O autor enfoca outro lado desse processo de internacionalização dos direitos infantis – a ampliação do debate da estreita relação entre direitos da infância e educação, que aparece como elemento fundamental nas relações do adulto com o universo infantil. Também sob a égide de uma perspectiva histórica, Ferreri demonstra como a relação *direitos infantis/educação* vai adquirindo contornos diferenciados à medida que se defronta com novos desafios.

Sequencialmente, a experiência da educação infantil em Sergipe é abordada por Cristina Martins e Silvana Bretas, sob o prisma inovador das vozes infantis, usuárias das escolas e creches. Na atual realidade brasileira,

² Assistente social, professora associada do Departamento de Serviço Social, do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS. É também coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero.

embora definida como sujeito de direitos em seu estatuto, a criança é encarada como não capaz de opinar sobre sua vida escolar: nas práticas sociais e pedagógicas, essa atitude é vista com desconfiança. As autoras, ambas professoras do Departamento de Educação da UFS e membros do Fórum de Educação Infantil de Sergipe, apresentam suas postulações baseadas na experiência obtida em um projeto de extensão universitária, desenvolvido juntamente com a Secretaria Municipal de Educação de Aracaju.

A questão da autoridade intergeracional nas interações entre adultos e crianças é tratada por Abdelhafid Hammouche, sociólogo, professor da Universidade de Lille 1 e membro do Grupo de Pesquisas *Centre Lillois d'Études et de Recherches Sociologiques et Économiques* (CLERSE/CNRS). Para tanto, identifica as diferenças na forma de perceber a autoridade entre as gerações na França e no Brasil, focalizando a forma como a autoridade é percebida por educadores e trabalhadores sociais em contato com crianças oriundas de meios sociais carentes. Parte da hipótese de que a questão da autoridade é concebida de acordo com o contexto. Apoiando-se nos resultados da pesquisa conduzida na região de Lyon (França) e em Fortaleza (Brasil), mostra a desproporcionalidade entre a presença do Estado francês no domínio social e a relativa ausência do Estado brasileiro nesse âmbito.

Colocando em pauta o processo de formação profissional do policial no Brasil e a segurança pública cidadã na sociedade brasileira, em particular no Rio de Janeiro, Paula Poncioni³ segue discutindo os dilemas que esse processo ocasiona para a nossa prática democrática. Da mesma forma, discorre sobre a *cultura policial*, que não

apenas pode ocasionar práticas nocivas ao exercício do trabalho policial, mas, também, gerar formas criativas de práticas efetivas para o bom desempenho policial, haja vista as diversas situações enfrentadas em seu cotidiano. Encerrando os artigos, Sonia Azevedo de Jesus (professora do Núcleo de Pós-Graduação da UFS) levanta a temática sobre as fronteiras entre o rural e o urbano na educação popular e a emergência da educação do campo, uma vez que um terço da população do país vive no meio rural. Nesse contexto, a implantação de políticas de desenvolvimento considerou, de forma equivocada, que a cidade seria o ponto referencial para todas as ações sociais e, entre elas, a educação. A autora defende que a educação do campo é coerente com um projeto popular de reconstrução do rural e de seus sujeitos, bem como com um modelo contra-hegemônico de desenvolvimento territorial.

Enfim, sob a ótica do entendimento do nosso tempo e das inúmeras transformações sociais existentes na atualidade que, por seu turno, alteram a percepção social sobre a cidadania e sobre a educação como instrumento fundamental para a formação dos cidadãos, os autores procuram refletir sobre o significado da cidadania em um mundo cada vez mais globalizado, buscando respostas através de múltiplas facetas da realidade. Dessa forma, a obra apresenta-se como uma válida contribuição no âmbito da educação, voltada não só aos professores e profissionais da área educacional como também aos trabalhadores sociais de muitos segmentos da sociedade. Essa vinculação entre educação e cidadania torna-se importante uma vez que esteve presente em todo o século XX e mereceu a atenção de pensadores e cientistas das mais diversas áreas.

Janete Netto Bassalobre
Universidade Católica de Santos
Campus Dom David Picão
Rua Dr. Carvalho de Mendonça, 144, Vila Mathias
11070-906, Santos, SP, Brasil

³ Professora do Departamento de Política e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.